

**PROJETO DE LEI Nº 3.285/1992**

**(Do Sr. Fábio Feldman)**

*"Dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica e dá outras providências".*

**EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o art. 11 do Projeto de Lei 3.285/92.

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 11 do projeto em epígrafe, procura estabelecer vedação normativa ao "corte e à supressão da vegetação", independente de seu porte, ou "o parcelamento do solo quando a vegetação":

a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção,

b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

d) proteger o entorno das unidades de conservação;  
ou

e) possuir excepcional valor paisagístico.

O disposto neste artigo, portanto, impõe limitações adicionais às já existentes no Código Florestal (Lei 4.771/65); isto é, as áreas a serem mantidas a título de **preservação permanente** e **reserva legal**, que já apresentam funções ambientais e são limitadoras ao exercício das atividades produtivas, comprometendo a viabilidade econômica da exploração agropecuária em incontáveis circunstâncias locacionais. Trata-se, pois, de desapropriação indireta, o que trará inestimáveis prejuízos à segurança jurídica, bem como aqueles de caráter social e econômico. Neste, em particular, não se pode desconsiderar o volume de ações judiciais que poderão ser propostas a título de desapropriação indireta em face do Estado, exigindo-se deste, em contrapartida, a devida indenização por afetação do imóvel particular.

Sala das Sessões, em novembro de 2003.